

# AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*Lina Cardoso Nunes e Vera Maria Medina Simonetti*

**Resumo:** Este trabalho tem o propósito de apresentar a contribuição da Teoria das Representações Sociais (RS) para a avaliação institucional nas Instituições de Ensino Superior (IES). A relação cognitivo-afetiva entre homem-sujeito das IES e a avaliação institucional apontaria indicadores qualitativos sobre este objeto, possibilitando, assim, diretrizes onde a relação sujeito individual e sujeito social seja vital para a implementação e continuidade de um processo democrático capaz de envolver diferentes segmentos da instituição.

**Palavras-chave:** Avaliação Institucional, Instituição de Ensino Superior, Representações Sociais, PAIUB, MEC.

**Abstract:** The aim of this work is to present the contribution of the Social Representation Theory to the institutional evaluation of higher education. The cognitive-affective relation between subject-man at higher education insitutions and the institutional evaluation would show the qualitative indicators about this object, suggesting as a consequence directions in which the individual and the social subject relation would be important for the implementation and continuity of a democratic process, capable of involving different segments of the institution.

Key-words

## **1. O processo de avaliação institucional.**

Atualmente, as Instituições de Ensino Superior (I.E.S.), tanto as públicas quanto as privadas, estão empenhadas em avaliar-se, embora nem sempre se identifique uma dinâmica institucional e, sim, movimentos dirigidos para determinados aspectos de cada realidade.

Nesse sentido, o *Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras* (PAIUB) tem se constituído, desde 1993, num movimento nacional que já incorporou, voluntariamente, mais de 100 universidades. Este programa aponta em direção à busca de melhoria

da qualidade dessas instituições superiores, compreendendo o ensino, a pesquisa e a extensão, identificando suas deficiências acadêmicas e/ou institucionais e propondo soluções. Este projeto pedagógico valoriza as relações psicossociais, ao destacar a importância da participação de todos os elementos envolvidos na comunidade acadêmica, mediante a combinação das abordagens quantitativa e qualitativa. Para o PAIUB, cada universidade desenvolve seu próprio planejamento interno permanente, baseado em princípios gerais, que configuram uma auto-avaliação, sem, no entanto, excluir a avaliação externa, que pode ser realizada por grupos de convidados, especialistas de outras instituições, egressos da universidade, conforme o projeto elaborado pela própria instituição.

Outros programas de avaliação atualmente se anunciam, dentre os quais pode ser citado o *Exame*

---

Professora Dra. Lina Cardoso Nunes — UNESA  
Professora Dra. Vera Maria Medina Simonetti — UNESA

*Nacional de Cursos*, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, com a perspectiva de analisar o desempenho dos graduados em relação aos conteúdos dos cursos ministrados, o que, segundo este órgão, avaliará a qualidade de cada curso em particular. Convém apontar que estes programas constituem atualmente parte dos dispositivos legais explicitados no Decreto nº 2026, de 10 de outubro de 1996, que *estabelece os procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior*.

Esses procedimentos incluem indicadores de desempenho global levantados pela Secretaria de Avaliação e Informação Educacional - SEDIAE: indicadores de dimensão quantitativa, que contribuirão para o estabelecimento de dados estatísticos significativos em relação às I.E.S.

Há ainda a avaliação realizada pela Comissão de Especialistas, *designada pela SESU, precedida de análise abrangente da situação da respectiva área de atuação acadêmica ou profissional, quanto ao domínio da estado da arte na área, levando em consideração o contexto internacional e o comportamento do mercado de trabalho nacional (Decreto 2026, art. 5º, parágrafo único)*.

Mais recentemente entra em vigor a portaria nº 302, de 7 de abril de 1998 Considerando os dispositivos legais anteriores, resolve, em seu artigo nº 01 que *a avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo as modalidades de ensino, pesquisa e extensão, conforme disposto no artigo 1º, inciso II, do Decreto 2026, de 1996, será realizada pela Secretaria de Ensino Superior - SESU - no âmbito do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB*.

Sob tal ótica, é oportuno citar DIAS SOBRINHO:

*para além da contabilidade e da mensuração dos produtos e de todos os índices quantificáveis e captadas em tabelas e estatísticas, avaliar uma instituição é compreender as suas finalidades, os projetos e a missão, o clima e as pessoas, as relações sociais, a dinâmica dos trabalhos, a disposição geral, os grupos dominantes e as minorias, os anseios, os conflitos, os valores, as crenças, os princípios, a cultura. Então, é um empreendimento ético e político (1997: 73).*

Entende-se que é ético, entre outras coisas, enquanto envolve aspectos subjetivos e intersubjetivos, que não podem ser desvelados, sob pena de trazer à tona questões pessoais expressas em caráter sigiloso no contexto da auto-avaliação institucional. Estes aspectos devem ser tratados distintamente de

outros. Ressalvados os aspectos sigilosos, os demais são públicos e assim devem ser considerados pelos avaliadores, devendo ser publicados sempre que constituírem pontos críticos na transformação e melhoria de qualidade da I.E.S. Observa-se, então, que é também um processo político, no sentido de que a dinâmica dos trabalhos, que reúne os distintos grupos, implica em ações políticas internas inerentes à estrutura universitária, nas quais estão contextualizadas.

Para atender a estas questões, a avaliação institucional, quer seja em instituição pública ou privada, tem sido analisada por professores, coordenadores, chefes de departamento, diretores de centro e, também, nas esferas administrativas decisórias, pelos pró-reitores, vice-reitores e reitores. Podemos citar, como exemplos, a experiência da UNICAMP e da UnB (BALZAN & DIAS SOBRINHO, 1995), da UFSC (RISTOFF, 1996) e da UNESA (NUNES, BRITO & SIMONETTI, 1997). Apesar de um processo de avaliação institucional pública apresentar características diversas do de instituições privadas, há aspectos que podem ser encontrados em ambas instituições. *Entre elas destaca-se o próprio discurso sobre a avaliação que não é atual, mas vem de longa data constituindo temática por vezes até "desgastada" nas comunidades universitárias (NUNES, BRITO & SIMONETTI, 1996, p. 143)*. As características desse discurso podem definir a maneira de se conduzir o *fazer avaliação*.

Um plano de avaliação institucional do ensino superior pode constituir-se num espaço de contradições, visto que, conforme o contexto no qual está inserido, tem condições de desmascarar a realidade, apontando possíveis aspectos críticos nos diferentes setores da universidade. Nesse sentido, é um processo inovador para todos que a experienciam, provocando reações diferenciadas: em alguns, sente-se a resistência velada, em outros uma oposição declarada ou, ainda, uma indiferença tácita. Conforme DIAS SOBRINHO, *longe de ser harmonia, é a tensão a marca dominante dessa comunidade*, que pode ser acentuada pela emergência de um processo de avaliação, conduzido em determinadas condições concretas de existência da instituição (BALZAN & DIAS SOBRINHO, 1995).

Observa-se, também, que, nas universidades oficiais, a avaliação pode se constituir numa ameaça ao prestígio de determinados professores, coordenadores, chefes e diretores, atingindo indivíduos e grupos. Nas universidades particulares, este fato assume proporções alarmantes, pois pode significar afastamento temporário, desligamento de cargos ou mesmo demissão dos professores e/ou outros elementos da instituição, visados no processo avaliativo.

Enquanto educadoras, o processo de avaliação institucional conduzido no campus nos interessa para compreendermos a história pessoal e social dos membros deste contexto quanto a este objeto, pois já é uma realidade que as ameaças, mencionadas anteriormente, levam a um clima de insegurança, pouco propício às atividades acadêmicas, tanto de ensino, quanto de pesquisa ou extensão, emergindo posturas controversas, discursos extremados, falas desconexas, que freqüentemente expressam idéias distorcidas acerca da avaliação (NUNES, BRITO & SIMONETTI, 1996). Neste sentido é que idéias, palavras e sentimentos podem ampliar o movimento de oposição e de resistência à dinâmica da avaliação institucional.

## 2. A Teoria das Representações Sociais.

A Teoria das Representações Sociais contribuiu para ampliar os horizontes da Psicologia Social referente aos processos psicossociais, afastando-se de um enfoque individual e a-histórico - amplamente valorizado nos Estados Unidos da América - diminuindo o hiato que existia entre o sujeito individual e a sociedade, levando a ação do sujeito para o centro da teoria, apontando que o sujeito é o agente da realidade social, capaz de intervenções e mudanças conforme suas crenças, costumes e valores.

Esta mudança de perspectiva nos remete ao século passado, quando Durkheim, um sociólogo francês, sustentou que o pensamento organizado e a vida social mantinham uma relação biunívoca, pois, até a ciência, segundo ele, baseava-se na opinião coletiva, reforçando, assim, a noção de representação coletiva que tanto o interessava. Durkheim fazia distinção entre esta e a representação individual. A primeira não poderia ser explicada através da segunda, por ser inerente àquela, já que as representações da sociedade nem sempre são conscientes no plano individual. Esta foi sua contribuição embrionária para os inúmeros estudos posteriores que investigaram as representações sociais.<sup>1</sup>

Posteriormente, observamos que Serge Moscovici, por exemplo, sofreu uma influência sig-

nificativa de Durkheim, porém, modernizou a visão do homem-sujeito quando substituiu representações coletivas por sociais. Mais recentemente, a relação homem-sujeito e suas representações sociais pode ser ilustrada pelos exemplos apresentados na obra organizada por SPINK (1995): a pesquisa que enfoca a prostituição de autoria de Ricardo Veirivalves de Castro, a que investiga o poder e a autoridade do município de São Paulo, de autoria de Neuza Maria de Fátima Guareschi e a que se refere ao trabalho penoso de Leny Sato. Esses estudos tiveram respectivamente como sujeitos<sup>1</sup>: prostitutas do Rio de Janeiro, crianças de duas escolas de Porto Alegre e motoristas de ônibus. Esse material analisado, no contexto das representações sociais, é um material espontâneo, composto de expressões livres coletadas em entrevistas ou já cristalizadas em produções sociais.

Tais estudos demonstram que a relação entre homem-sujeito individual e o

homem-sujeito social é dinâmica, envolvida em um determinado momento histórico, e, portanto submetida a fatores externos. A personalidade desse homem é constituída de forma complexa, visto que nela se articulam dialeticamente os fatores internos e externos, daí o pensamento do homem ser-sujeito, integrando-se no contexto onde emergem as representações sociais.

MOSCOVICI (apud SPINK, 1995) sustenta essa colocação:

*(...) as representações são resultados de um contínuo burburinho e um diálogo permanente ... que é tanto interno quanto externo, e durante o qual as representações individuais ecoam ou são complementadas (p. 99).*

Enquanto sujeitos que conhecem e representam seus conhecimentos para outros sujeitos neste constante burburinho, constroem-se representações hegemônicas que contribuem para manutenção do

---

**Enquanto educadoras, o processo de avaliação institucional conduzido no campus nos interessa para compreendermos a história pessoal e social dos membros, pois já é uma realidade que as ameaças, levam a um clima de insegurança, pouco propício às atividades acadêmicas, tanto de ensino, quanto de pesquisa ou extensão, emergindo posturas controversas, discursos extremados, falas desconexas, que freqüentemente expressam idéias distorcidas acerca da avaliação (NUNES, BRITO & SIMONETTI, 1996).**

---

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre a história da Teoria das Representações Sociais, consulte Guareschi & Jovchelovitch (1995).

poder e da dominação, considerando-se que o sujeito individual consciente tem a força da palavra e da ação, tem autonomia e ao mesmo tempo está sujeito a fatores diferentes de sua subjetividade, embora não se possa minimizar a dimensão dialética que perpassa toda a emergência das representações.

A idéia de que a relação social leva à ação, encontra respaldo em MOSCOVICI:

*... ela não o é somente na medida em que guia o comportamento, mas sobretudo na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar. Ela consegue inculcar um sentido ao comportamento, integrá-lo numa rede de relações em que está vinculado ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes (1978, p. 49).*

A questão das representações sociais, no decorrer de uma pesquisa, traz à tona inúmeras categorias que podem ser analisadas, entre as quais podem ser citadas a *ideologia*, a *linguagem* e a *consciência*, observando também, as dimensões de *informação*, *atitude* e *campo de representação*. Tanto podem ser apontadas relações entre estas categorias, quanto emergem relações entre o caráter individual-subjetivo e social-objetivo no contexto em que são analisadas as representações de um objeto de investigação.

No que tange à *ideologia* e à *consciência*, SAWAIA (1995) esclarece que os conceitos de representações sociais, juntamente com a questão ideológica, apontam para a necessidade de se partir das relações sociais para que se possa compreender a forma e a razão pela qual os homens agem e pensam de determinada maneira, o que afirma o *caráter histórico da consciência*. Assim, a consciência constitui-se não só historicamente, mas também socialmente, visto que a forma do homem-sujeito individual agir e pensar insere-se no momento histórico em que vive e reflete, segundo a perspectiva marxista, na ambiência social que contextualiza sua ação.

Portanto, a consciência é desde o nascimento um produto social; ela é a consciência do meio sensível mais próximo, é a conexão com outros sujeitos fora do individual (MARX apud MINAYO, 1995).

Dentro deste contexto, MINAYO (1995, p. 99) chama atenção para as relações entre *linguagem* e *consciência*. A consciência ... *nasce da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens: a linguagem é a consciência real, prática que existe para outros homens e existe também para mim mesmo*. Destarte, a linguagem possibilita a mediação entre sujeitos, a partir da emergência de suas consciências, que expressam, através

da palavra, seus desejos, seus sentimentos, suas percepções. É também pela linguagem que os sujeitos se comunicam e constroem suas representações, já que a comunicação imediata dá forma à representação, liga-se a *palavra* a algum fato, a alguma *coisa*.

A representação social, então, é o conhecimento do sujeito galgado em estruturas cognitivo-afetivas sobre a realidade, transmitido através da opinião cotidiana que perpassa as interações sociais do dia a dia.

MOSCOVICI (1978) postula que cada universo de opinião tem três dimensões: *informação*, *atitude* e *campo de representação* ou *imagem* que direciona como o indivíduo assimila o que passa a seu redor, como processa o socio-individual, o psicossociológico. A informação é o conhecimento sobre um objeto social e que apresenta dimensões diferentes entre as pessoas. A atitude é a orientação global referente a um objeto social, é a tomada de posição. O campo de representação é a dimensão hierárquica de elementos, é a idéia de imagem de um objeto social. Estas três dimensões encontram-se no contexto social, onde a história deixa registrada seus acontecimentos. Portanto, é inquestionável a participação das pessoas neste contexto que durante o processo de leitura cognitiva do mundo, se envolvem, também, afetivamente com este mundo.

Observa-se que numa visão mais contemporânea da Teoria das Representações Sociais, está implícita a Teoria do Núcleo Central, propondo que os elementos da representação social se manifestam envolta de um subconjunto central onde ocorreriam sua organização e significação e ao seu redor orbitariam os elementos periféricos (Sá, 1996). Esta acomodação dos elementos periféricos ao esquema do núcleo central da representação trouxe a realidade concreta ao sistema do núcleo. Como argumenta Abric, *o sistema central é normativo, o sistema periférico é funcional; quer dizer graças a ele que a representação pode se ancorar na realidade do momento* (Sá, 1996, p. 73).

Mais recentemente, Pascal Moliner propõe a revisão da teoria do núcleo central, distinguindo a organização da representação em duas dimensões. A primeira diria respeito à inclusão dos elementos periféricos já mencionados anteriormente. A segunda apresentaria a *discriminação ... entre funções descritivas ou avaliatórias desempenhadas pelos diversos elementos, pertencentes ou não ao núcleo central* (Sá, 1996, p. 75). Dentro deste contexto, a centralidade do núcleo seria a *causa* que determina o laço simbólico entre os elementos de uma determinada representação, enfocando também a questão qualitativa da relação e não a *consequência* proposta pela TNC preliminar, de caráter unicamente quantitativo.

Destarte, justamente por ser uma teoria que busca integrar estabilidade e flexibilidade, coerência e contradições registradas em histórias individuais e grupais, é que acreditamos que a I.E.S., que esteja passando pelo seu processo de auto-avaliação, poderia explorar esse valioso momento, buscando com seus participantes os indicadores que ajudariam no desenrolar desse processo, através do estudo de suas representações.

### 3. Contribuições da Teoria das Representações Sociais à avaliação institucional.

As contribuições provenientes de estudos das representações sociais ultrapassam as fronteiras da epistemologia, reclamando uma visão interdisciplinar. Sendo assim, acreditamos que o processo de avaliação institucional das I.E.S. também deveria levar em consideração a Teoria das Representações Sociais (NUNES & SIMONETTI, 1997). Os desafios da realidade dessas instituições deveriam ser investigadas mediante a ótica de seus participantes, visto que, como afirmam GUARESCHI & JOVCHELOVITCH (1995), *somente vale a pena estudar uma representação social se ela estiver relativamente espalhada dentro da cultura em que o estudo é feito* (p. 46).

Estudos relacionados às representações dos funcionários sobre o local de trabalho são vitais para a satisfação de ambas as partes. Desde o início do século, encontramos estudiosos interessados em investigar o que pensam os empregados. Whiting Williams expressou sua preocupação neste sentido com o estudo *O que se passa na cabeça do empregado* (*What's on the worker's mind*), em 1920 (KANAANE, 1995).

A universidade constitui um local de trabalho onde existem segmentos hierarquicamente organizados. Sob tal ótica, nesse caso, entendemos, de acordo com BALZAN & DIAS SOBRINHO (1995), que a avaliação institucional deveria constituir um processo democrático capaz de envolver diferentes segmentos da instituição - os que dirigem e os que são dirigidos. Jamais deveria ser efetuada "de cima para baixo", por meio de procedimentos burocráticos, incluindo as possibilidades de se restringir a dados puramente quantitativos, mesmo que baseando-se em variáveis consideradas relevantes, tais como, a titulação de seu quadro docente, o comportamento acadêmico e índices que apontam a relação custo-aluno.

Faz-se mister lembrar que as categorias ideologia, linguagem e consciência, anteriormente aludidas, acrescidas da categoria dominação, também merecem

atenção quanto ao fenômeno das representações sociais nas I.E.S.

DIAS SOBRINHO (1996, p. 16) refere-se à categoria ideologia, quando explicita os mecanismos de pressão sofridos pela universidade:

*Em outras palavras, o Banco Mundial, braço operacional e instrumento ideológico da economia globalizada, empurra a universidade no domínio da competitividade de mercado ... Deve (a universidade) competir também com as empresas do mercado, submetendo-se aos mesmos critérios de avaliação destas: produtividade, rentabilidade, menos custo ... A grande pressão vem de fora para dentro, impondo critérios e objetivos que não são coincidentemente os mesmos da comunidade acadêmica.*

Percebe-se nessa afirmação como a ideologia pode ser propulsora de uma dinâmica de avaliação de diferentes tipos, distantes, muitas vezes, dos princípios propostos pelo que se entende por uma avaliação institucional, apontando para a ideologia da competitividade e da dominação.

É possível, também, apontar as categorias *linguagem e consciência* articuladas dialeticamente na rede de relações constituídas durante o processo de avaliação institucional na universidade, pois de acordo com CASTORIADIS (1986), a linguagem é língua enquanto se refere a um magma de significações. A linguagem é código enquanto organiza identitariamente, ou seja, enquanto é um sistema de conjuntos.

Ratificando esta idéia, LURIA (1986) esclarece que *o homem se diferencia dos animais pela linguagem como sistema de códigos, por meio dos quais designa os objetos externos e suas relações* (p. 42). Nessa linha de raciocínio, com o apoio desses códigos, os objetos podem ser incluídos em determinadas categorias. *Esse sistema de códigos leva à formação da categoria consciência.* (LURIA, 1986, p. 42).

Em relação à categoria da *dominação*, na temática da avaliação institucional, pode-se salientar que essa emerge com força no interior da mesma, contrapondo-se ao princípio da adesão voluntária citado por RISTOFF (1996), provocando a resistência dos grupos, posto que os participantes do processo não se envolvem nas decisões de implantação do sistema de avaliação proposto, mas presente o poder que emana dos instrumentos aplicados, a partir de critérios exclusivamente quantitativos, computando número de títulos acadêmicos, trabalhos publicados, citações publicadas, concluintes de curso, entre outros indicadores.

Os seres-sujeitos das I.E.S., portadores de linguagem, com uma personalidade constituída, sentimentos emergentes, desejos contidos, atividades assumidas, no contexto de seu ambiente social, internalizam representações, visto que são entidades sociais, representantes vivos do grupo em que estão inseridos.

Evidencia-se, assim, a relação cognitivo-afetiva entre o homem-sujeito das I.E.S. e a avaliação institucional. Essa relação se articula para a construção das representações acerca dessa avaliação, visto que, para que esse processo se implemente, é indispensável a participação de todos. Entretanto, o compromisso de todos os membros da I.E.S. no processo de avaliação institucional dependerá do respeito e da consideração que estes venham a receber de seus dirigentes.

Enfatizamos, então, que o processo de avaliação institucional das I.E.S. deveria ser investigado à luz da Teoria das Representações Sociais, para com-

prendermos a visão pessoal e social dos agentes desse contexto quanto a este objeto, pois já é uma realidade que as ameaças, apontadas neste estudo, levam a um clima de insegurança, pouco propício às atividades acadêmicas.

Com a inserção da questão dos elementos periféricos no núcleo central das representações sociais, pode-se mapear com maior riqueza e precisão os indicadores referentes à avaliação numa I.E.S., por apresentar o sistema normativo e funcional da realidade em questão (Sá, 1996).

Por isso, acreditamos que um mapeamento das representações sociais referentes à avaliação institucional só tem a contribuir, apontando indicadores qualitativos sobre o movimento de oposição e de resistência, fazendo emergir, assim, diretrizes onde a relação sujeito individual e sujeito social seja vital para a implementação e continuidade de um processo democrático capaz de envolver diferentes segmentos da instituição.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALZAN, Newton Cesar & DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação institucional- Teoria e Experiências*. São Paulo: Cortez, 1995.
- BRASIL. Decreto-Lei no 2.026, de 10 de outubro de 1996. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior.
- BRASIL. Portaria nº 302, de 7 de abril de 1998. Complementa a regulamentação do processo de avaliação nas instituições do ensino superior.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Institucional: marco teórico e campo político. *Avaliação*. Ano 1, n. 1, jul. 1996, p. 15-24.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação quantitativa, avaliação qualitativa: interações e ênfases. In: SGUISSARDI, Valdemar (org.). *Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- KANAANE, Roberto. *Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI*. São Paulo: Atlas, 1995.
- LURIA, A. R. *Pensamento e Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- MINAYO, M. Cecilia. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: Guareschi, Pedrinho & Jovchelovitch, Sandra. *Textos em representações sociais*. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 89-112.
- MOSCOVICI, Senger. *A Representação Social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NUNES, Lina Cardoso & SIMONETTI, Vera Maria Medina. Avaliação institucional e Teoria das Representações Sociais. *Anais da 49a Reunião Anual da SBPC*. São Paulo: SBPC, vol. II, 1997, p. 495.
- NUNES, Lina Cardoso, BRITO, Tânia Maria & SIMONETTI, Vera Maria Medina. O processo de avaliação institucional numa universidade particular: curso e percurso. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, p. 143-148, abr./jun. 1996.
- RISTOFF, Dilvo. Avaliação Institucional: pensando princípios. In: BALZAN, Newton C. & DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação institucional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SAWAIA, Bader Burihan. Representação e ideologia - O encontro desfeticizador. In: Spink, M. J. *O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 73 a 84.
- SPINK, Mary Jane. *O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.